



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DECLÍNIO POLÍTICO NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

MURILO NUNES PINTO DA COSTA

JEFERSON BOECHAT SOARES (ORIENTADOR)

VIÇOSA – MG

2015

MURILO NUNES PINTO DA COSTA

DECLÍNIO POLÍTICO NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito parcial para obtenção do título de Graduação de Bacharel em Ciências Sociais.

APROVADA: 02 de dezembro de 2015

Diogo Tourino de Sousa

Fabício Roberto Costa Oliveira

Jeferson Boechat Soares

(Orientador)

VIÇOSA – MG

2015

Agradeço aos familiares e amigos por, de alguma forma, fazerem parte deste trabalho. Ao meu orientador Jeferson pelo suporte e apoio empregado nesta monografia. Agradeço à Belisa, meu amor, por me aturar na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, na sanidade e na loucura. À minha irmã Juliana pelos bons momentos vividos juntos. Um beijo especial à minha sobrinha Vitória, de irradiante inocência e felicidade. Por fim, e mais importante, agradeço e reverencio meus pais Débora e Júlio pela retidão de caráter, dedicação à família e pelos valores transmitidos, os quais carrego comigo; obrigado às renúncias que fizeram para que fosse possível este bacharelado. Eu amo vocês.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA E PROBLEMA	9
3. METODOLOGIA	10
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
4.1. Introdução	14
4.2. Instituições	16
4.3. Modernização	18
4.4. Sociedades Cívicas x Sociedades Pretorianas	22
5. DESENVOLVIMENTO	24
5.1. Frustração Social	25
5.2. Participação Política	30
5.3. Instabilidade Política	34
6. CONCLUSÃO	40
7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	44
8. LINKS	45

RESUMO: Esta monografia tem como objetivo jogar luz às manifestações que ocorreram em junho de 2013 em várias cidades do Brasil, buscando, para tanto, interpretar os fatos através da teoria do desenvolvimento político de Samuel Huntington. Existem duas linhas interpretativas que se ajudam na elucidação dos protestos nesta pesquisa: as instituições e os processos de modernização. Através delas submeto a análise indicadores socioeconômicos nacionais e internacionais em conjunto com indicadores produzidos sobre as manifestações para explicar o possível declínio político por qual passamos.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Político; Manifestações Sociais; Junho de 2013.

ABSTRACT: This monography has the objective show the manifestation that occurred in june of 2013 in many cities of Brazil, seeking, for both, interpret the facts through the theory of political development of Samuel Huntington. There is two lines interpretative that help in the elucidation of the protests in this research: the institutions and the processes of modernization. Through them submit to analysis the national and international socioeconomics indicators together with indicators were made about the manifestation to explain the possible decay politics wich we living today.

KEYWORDS: Political development; Social events; June of 2013.

1. INTRODUÇÃO

Com as manifestações de junho de 2013, houveram, ao mesmo tempo, tentativas de se entender o que motivou aqueles instantes de indignação que levaram tantos às ruas em vários locais do país. As instituições repreendidas pelas massas sentiram o impacto e foram questionadas diante destes acontecimentos. Falou-se em crise representativa, problemas do sistema político brasileiro, ou mesmo oportunismo febril de uma geração que até hoje não disse muito a que veio¹ – em termos políticos, se comparado a seus progenitores. O tema pode parecer defasado por ter sido tão explorado pela mídia, ou até mesmo soar como mais uma tentativa de interpretação, das muitas já realizadas, tamanha a dificuldade em se conceber, por parte de todos, o que se passara. Entretanto, este texto procura, mesmo correndo o risco da redundância e ainda que de maneira incipiente, acrescentar mais um ponto de vista interpretativo aos acontecimentos de junho, e, quem sabe, ajudar nesta construção social que é a Ciência.

As manifestações de junho a que nos referimos fora originada pelo ajuste das passagens de transporte público urbano anunciado pelas instituições competentes nas mais diversas cidades, com o epicentro dos protestos acontecendo em São Paulo. André Singer divide estas manifestações em fases distintas sendo a primeira “iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de Junho”, na qual eram centradas nas reduções das tarifas de transporte público, capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), nas quais quase sempre acabavam com embates entre manifestantes e polícia.

A segunda fase de protestos teve força, sobretudo em decorrência da violência policial, na qual levaram milhares de pessoas às ruas nos dias “17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora outras frações da sociedade entram em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas”. No primeiro dia desta segunda fase, outras capitais do país também tiveram protestos “de maneira espontânea”. Por último, a terceira etapa, “que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos. (...) Separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir”, como o delta de um rio.

¹ Vide Arnaldo Jabor em <http://cnn.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/13/REVOLTOSOS-DE-CLASSE-MEDIA-NAO-VALEM-20-CENTA-VOS.htm>

Fatos como estes que aconteceram em junho nos fazem recorrer aos livros e a História para tentar encontrar alguma fonte de explicação dos fenômenos de instabilidade social que se sucedeu no país. A partir deste momento, surgem, em meio a um caleidoscópio teórico, autores da Ciência Política que podem nos ajudar nesta empreitada difícil que é a compreensão dos fatos sociais. E quando falamos em crise do sistema político brasileiro, ou de representatividade – como assim diziam vários cartazes sobre determinados políticos que não representavam os participantes das passeatas, bem como os coros ecoados através das ruas paulistas para grupos de jovens militâncias partidárias para que baixassem bandeiras e símbolos que remetessem a sua fonte de inspiração política – podemos pensar em um artigo de Bernard Manin que nos possibilita olhar com mais cautela para termos e definições que busquem dramatizar o contexto político vivido no Brasil.

O artigo a que me refiro chama-se “As Metamorfoses do Sistema Representativo”, e nele o autor aborda o conceito de representatividade e suas interjeições ao longo da história. Segundo seu relato, tentava-se, através de várias análises, demonstrar durante épocas distintas, que a cada crise por qual passava as diferentes formas de representação existentes ao longo do tempo, a eminente bancarrota do sistema político representativo estaria posta. De fato, pressionada por circunstâncias diversas, a representação passou ao longo de sua aplicação histórica por modificações, mas Manin trata de suavizar em seu texto as concepções interpretativas que concebiam estas mudanças como nocivas ao sistema, mostrando que os princípios basilares dos sistemas representativos não desapareceram com o passar do tempo, mas tão somente foram se adequando de acordo com o contexto social vigente.

Neste artigo o autor relata as quatro características pelas quais estão fundamentadas as diversas formas de representatividade existentes, independentemente do tempo em que elas estivessem inscritas: A primeira delas seria as eleições dos representantes pelos eleitores; A segunda característica, a conservação da independência parcial dos representantes perante as vontades dos governados; A livre opinião pública e sua manifestação independente do governo aparece como terceiro princípio; E o quarto, porém não menos importante princípio, configura-se na tomada de decisões políticas após ser feito o debate sobre um tema em pauta.

Estas características fazem Manin mostrar que, mesmo durante a passagem da representação parlamentar para a democracia de partido e desta para a de público - formas de representação que ele lista em seu texto - as insinuações sobre crises desta forma de

governo são falsas. Observando que, até a época de seu texto, a história do sistema representativo ao se deparar com situações adversas se fez valer destas para, na realidade, obter uma adequação aos novos rearranjos sociais mantendo os conceitos basilares da representatividade em funcionamento, não se caracterizando uma crise per se, e sim em sua solidificação institucional por se conservar ao longo do tempo.

Para Manin, algumas situações do sistema representativo durante o percurso da história que tivessem sido solapadas, poderiam reaparecer e por consequência passarem a ter ressignificações. Exemplo disto fora quando em uma das fases intituladas pelo autor de democracia de partido, os partidos tomaram para si o protagonismo que a confiança pessoal tinha entre os representantes para com seus eleitores em uma fase anterior de representação denominada, pelo autor, de democracia parlamentarista. Esta importância pessoal, portanto, desaparece com o advento dos partidos. Porém, em uma fase ulterior às características da democracia de partido, a dita democracia de público, a influência pessoal volta a ter importância por haver, com o passar do tempo, uma maior facilidade de comunicação - decorrente de avanços tecnológicos e do surgimento de novos veículos de comunicação - entre postulantes a cargos eletivos e os seus possíveis eleitores, assim como, uma maior diferenciação e complexificação das relações sociais, não bastando apenas uma análise puramente classista de ideais. Ressurgindo, assim, o apreço ao candidato e as suas convicções do que, em tese, ao partido em que o mesmo está circunscrito e ao que este tenha como mote no programa partidário.

Não entraremos no mérito se o que presenciamos hoje no sistema representativo – brasileiro – seja uma hipotética etapa seguinte ao de democracia de público, tampouco se se está regredindo a ela, ou atingindo-a. Entretanto, existe o problema de que para uma forma de governar se manter estável e de acordo com seu correto modo de funcionamento, devam haver circunstâncias que a façam prosperar e contribuam para tanto. O próprio fato de uma forma de representação ir mutando já indica que algumas características sociais forcem o sistema a se adaptar às circunstâncias. Isto é basicamente uma exemplificação do que as instituições que regem todo um arquétipo social, ou sua superestrutura – creditando este termo a uma noção Gramsciana de interpretação – deva fazer para estabilizar as relações sociais, mantendo a forma de governo livre de tensões e funcionando como deveriam ao longo tempo, adaptando-se as intempéries que venham a surgir. Quanto mais participação política, e isto fora se expandindo desde uma pequena aristocracia que participasse de uma política representativa, passando por uma inclusão gradual de classes médias, até chegarmos

a inclusão das massas na política, mais instituições tem de ser mobilizadas para a estabilidade de um sistema político.

2. JUSTIFICATIVA E PROBLEMA

É precisamente neste aspecto que frisaremos a respeito das manifestações de junho. O papel das instituições em assegurar a estabilidade da vida social. Quando as instituições não conseguem dar conta dos *inputs* que recebem, elas se descolam da realidade, e deixam de intermediar as relações sociais entre a política e a sociedade civil. Manin não fala sobre isto em seu artigo, mas se fosse para acrescentar a ele uma interpretação institucional das diversas passagens por qual o sistema representativo passou, poderíamos dizer que a crise de governo se instaura quando as instituições têm dificuldades em se adaptar às novas demandas e formas por qual passa uma sociedade ao longo do tempo e propor respostas às mesmas. E os casos de mudanças das características da representatividade sem a perda dos princípios básicos que o autor se refere, claramente demonstra uma capacidade adaptativa, por parte dos Estados que enfrentam estes problemas e das instituições que os compõe, para com as transformações sociais.

Por banal que possa parecer, a capacidade das instituições em se adaptarem a estas situações de tensões são, na maioria das vezes, problemáticas². Samuel Huntington relata que as sociedades que conseguem manter a institucionalização política maior do que a participação política, tem êxito em equalizar demandas sociais e articular respostas institucionais de modo a desvelar uma harmonia na coexistência política das diversas forças sociais que circundam um Estado ou sociedade em questão. Mesmo não se tratando de teorias que abordam um mesmo tema, é possível perceber ao se falar de um Estado e suas questões de representatividade, ponto pelo qual Manin se ocupa em seu artigo, e falar sobre os meandros que fazem da modernização algo que possa transformar seus impactos na sociedade em crises institucionais, através dos textos de Huntington, uma consonância de temas com relação aos problemas que podemos estar passando hoje no Brasil.

Conceber, doravante os escritos acima, uma ida às ruas para o protesto como uma dificuldade por parte dos atores em compreender atualmente as características de um sistema

² Ver Soares, 2012.

representativo é uma possibilidade. Mas parece ser mais plausível alegar – uma vez que Manin já relata não haver crise no sistema representativo em si – que a atitude daqueles em ir às ruas sejam em decorrência da incapacidade das instituições em dar vazão em canais legítimos às volições dos debelados, acarretando em animosidades ao próprio sistema representativo e social.

Por isto, a presente dissertação buscará interpretar os fatos e estatísticas disponíveis sobre aquelas manifestações de junho através da teoria de Samuel Huntington e seu conceito de Desenvolvimento Político. Buscaremos mostrar, para além dos fatos ocorridos em junho, que antes de ser uma crise representativa, ela é propriamente uma crise institucional do sistema representativo brasileiro, características de países pretorianos³. Não seria o caso de uma saturação da forma de governar atual, alusão que pode ser feita devido a novas tecnologias que permitem a mobilização de muitos em pouco tempo, bem como a sensação de uma democracia direta podendo ser exequível em um horizonte próximo em decorrência da internet, e sim de características que alguns Estados possuem em decorrência de insuficiências institucionais que somadas a alguns fatores externos a elas criam este tipo de consequência instável ao país. Assim sendo, esta dissertação trabalhará com o seguinte problema: Por que aconteceram as manifestações de junho?

Pretendemos, doravante uma série de informações colhidas ao longo deste trabalho, conseguir senão explicar os fatos das manifestações, ao menos compreendê-los ao molde do que Weber diria ser o papel de seus tipos ideais, sendo “em todos os casos, racionais e irracionais, (...) afasta-se da realidade e contribui para o seu conhecimento na medida em que, mediante a indicação do grau de aproximação de um fenômeno histórico de um ou vários destes conceitos, esta realidade se pode ordenar” (WEBER, 2009, p. 12).

3. METODOLOGIA

Procuramos, através de comparações entre os conceitos empregados pelo autor e informações atualizadas que obtivemos sobre as manifestações de junho, uma base comum para ser possível realizar interpretações a respeito. Ademais, por ser a teoria de Huntington de caráter macro e as insatisfações serem reflexos de condições estruturais em um caráter

³ Termo pomenorizado mais à frente no texto na página 24. Por hora, cabe assinalar apenas que países com esta característica possuem insuficiências na ordenação de uma comunidade política.

micro, a pesquisa não só procurou utilizar dados referentes as grandes cidades participantes dos protestos, mas também, contextos mais amplos. Assim sendo, buscou-se para além de demonstrar a plausibilidade de se enquadrar as manifestações em sua teoria, reforçar com argumentos que os corroborassem, comparando alguns Estados da América do Sul com o Brasil, bem como dados gerais sobre o mesmo, adicionando, eventualmente, autores e informações pertinentes ao tema.

Uma observação merece ser tecida a respeito da presente monografia: Ao comparar os dados estatísticos produzidos pelos institutos para esta pesquisa com as situações descritas por Huntington, não se preocupou, ao contrário do que faz o autor, em produzir dados que demonstrassem a relevância estatística das variáveis e suas correlações para estabilidade/instabilidade institucional. Procuramos tão somente as aparentes similaridades descritas entre as enunciações do autor e os fatos apresentados para nós através das pesquisas realizadas por terceiros. Afinal, o autor ao se encarregar de mostrar as correlações das variáveis já nos retira a necessidade de propô-las, uma vez que estão postas as variáveis utilizadas e suas correlações com as nações instáveis, ficando para nós apenas a função de replicar os dados para os dias de hoje.

Devido a uma insuficiência bibliográfica com relação as manifestações de junho de 2013, a elaboração da presente monografia baseou-se, para obter informações sobre os protestos, mais em notícias e dados estatísticos obtidos através de jornais impressos, tais como O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo do que em artigos científicos. As fontes veiculadas nos jornais e das quais faremos uso são, respectivamente, IBOPE e Datafolha – fora consultado, também, os *sites* destes referidos institutos afim de encontrar maiores informações sobre os protestos. Os dados utilizados para a presente monografia advindos destes institutos são: os índices de confiança nas instituições, o nível de escolaridade dos manifestantes, renda familiar dos mesmos, motivos dos protestos, vínculos institucionais dos participantes com organizações da sociedade civil, se após o retorno aos preços antigos das passagens as manifestações deveriam continuar, e auto avaliação quanto a qualidade de vida.

Mesmo não nos restringindo às informações obtidas através destas empresas de pesquisa, elas tiveram uma importância adicional por reportarem, através de suas estatísticas, o perfil dos descontentes durante os dias corridos de protestos nas maiores capitais do país e acompanharem temporalmente as repercussões das manifestações, situação esta, fundamental para a vinculação do ocorrido com a teoria de Huntington. Fica a ressalva, porém, de que ficamos circunscritos às informações possíveis de serem coletadas, isto

porque as pesquisas passaram a ser processadas com um certo atraso em relação aos primeiros atos do MPL, muito provavelmente porque não estava pressuposto tamanha repercussão e alastramento dos protestos.

Utilizamos, outrossim, devido ao contexto macro da teoria de Huntington, respostas obtidas através do *site* latinobarometro.org. Dele foram pegos dados comparativos entre Paraguai, Uruguai e Brasil nos mais diferentes aspectos referentes a democracia. A justificativa para a escolha entre estes países se deve ao fato de que o primeiro passara por uma experiência de impeachment de seu presidente⁴, e o segundo por ser o primeiro país no mundo a liberar a compra e venda de Cannabis Sativa⁵. O que, em tese, demonstram possuírem estabilidade política o suficiente para levarem a cabo resoluções polêmicas e potencialmente instabilizadoras, devido à grande controvérsia que os temas suscitam se não estiverem presentes meios institucionais que consigam respaldar todo o processo político⁶.

Desta fonte foram utilizados dados referentes ao ano de 2013 para elucidar empiricamente as desconfianças institucionais entre seus pares. Outras estatísticas que também se utilizou são referentes a qualidade de vida e modernização dos países, bem como dados relativos a manifestações e protestos destes países comparativamente. Estas informações podem revelar fontes de insatisfações por parte dos habitantes dos mencionados Estados.

Informações adicionais foram retiradas do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com estatísticas referentes ao ano anterior do título do documento, dentre outras séries temporais contidas no mesmo; e do site do Banco Mundial, cujo qual contém informações variadas sobre questões econômicas e sociais do Brasil utilizando fontes nacionais para se chegar aos valores e dados apresentados.

Por fim, porém não menos importante, os artigos científicos que foram utilizados como base de diálogo para esta monografia estão centrados em um dossiê contido na edição 97 em novembro de 2013 da revista *Novos Estudos* chancelada pelo Centro Brasileiro de

⁴ Ver mais em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/senado-condena-lugo-em-processo-politico-no-paraguai.html>

⁵ Ver mais em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/uruguai-aprova-legalizacao-do-cultivo-e-venda-da-maconha.html>

⁶ Sabe-se que são situações distintas que usamos para comparação. Entretanto, em minha defesa, escolhi usar estes fatos para a seleção destes países adotando como pressuposto o fato de serem possíveis eventos catalizadores em caso de haver uma hipotética insatisfação social represada nestas sociedades, e que por isto mesmo, poderiam servir de pretexto para protestos em massa e instabilidade política.

Análise e Planejamento (CEBRAP), com temática voltada para reflexões sobre as manifestações realizadas no país. Mais especificamente, optei por analisar e recortar temporalmente o meu estudo fazendo referência ao artigo de André Singer sobre as manifestações, cujo título é: "Brasil, Junho de 2013, Classes e Ideologias Cruzadas". No qual Singer tipifica três fases diferentes com relação aos protestos pontuando-os temporalmente, o qual já fora citado acima, da mesma forma em que utiliza alguns dados estatísticos para fazer sua análise sobre o perfil dos manifestantes.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta revisão de literatura, foquei-me na primeira parte do texto de Huntington por ser nela onde o autor explana a teoria da decadência política. Basicamente, ela é subdividida em três grandes tópicos. Uma introdução, que além de transmitir o teor do conteúdo do resto do capítulo, fala sobre a falta de atenção por parte de órgãos institucionais internacionais e grande parte dos Estados em desconsiderar, ou relegar a segundo plano questões relativas a governabilidade de um país, não se dando conta do potencial problema que suscita desconsiderar o Desenvolvimento político de uma nação.

O segundo tópico do texto de Huntington é escrito com base em duas dimensões que fazem um Estado vir a se instabilizar socialmente, a saber, a primeira delas sendo as instituições políticas e a segunda os impactos sociais da modernização. Com relação às instituições, o autor introduz a noção de comunidade política e a percepção em conjunto com a conceitualização do que sejam as instituições sociais tão necessárias ao desenvolvimento político de um país, cuja sua ausência/insuficiência em uma sociedade seria responsável por causar a instabilidade política por não regular a participação política de maneira apropriada. Para isto depende do modo como acontece o segundo fator desta segunda parte do texto: a modernização. Huntington demonstra o quão multifacetado é o seu fenômeno em um país e que, por isto, acaba por influenciar inclusive a própria sociedade. A perseguição do moderno por parte de um Estado acarretaria por acrescentar novos valores, ideias, conhecimentos e identificações na sociedade, ao mesmo tempo em que causaria uma contracorrente conservadora, possivelmente já estabelecida e legitimada na sociedade, como uma tentativa de sobrevivência de seus valores e preceitos, ocasionando em uma disputa pela primazia do poder e opinião, mobilizando os atores para a política.

No terceiro e último tópico da primeira parte de seu livro, Huntington resume seus argumentos e apresenta o conceito de sociedades cívicas e pretorianas para exemplificar esquematicamente as características que fazem de um país estável politicamente ou não, e apresenta a importância do partido político como a grande instituição moderna responsável por angariar as diferentes demandas de uma sociedade, *inputs*, e a administração pública como a responsável por dar as respostas a estas demandas, *outputs*. Estas duas funções políticas servem para acrescentar complexidade ao considerado como correto funcionamento institucional de um país com relação a participação política da sociedade, tendo de haver uma harmonia entre estas duas esferas estatais para a resolução do problema do hiato político.

Seguiremos nesta revisão a ordem apresentada acima. Não necessariamente caracterizar-se-á a explicação na sequência como é apresentada pelo autor em seu texto, da mesma forma em que também não será explorada toda a explanação do autor neste texto.

4.1. Introdução

Samuel Huntington começa seu livro “A Ordem Política em Sociedades em Mudança”, dizendo que pode existir menos diferença em países com sistemas de governo democrático e autoritário, do que entre países “cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades” (HUNTINGTON, 1975, p. 13). Dentro dos pressupostos do autor é possível pensar que haja menos diferença entre China e Estados Unidos, do que comparativamente entre estes e a Síria⁷, por exemplo. Pois pode se dizer que as instituições dos dois primeiros e o senso de coletividade de seus habitantes sejam diametralmente diferentes da realidade deste último, pelo simples fato de naqueles Estados haverem uma estabilidade política e social a despeito do que vemos sobre este último⁸.

⁷ Huntington originalmente compara EUA, Grã-Bretanha e União Soviética com outros países genericamente identificados como deficientes nas qualidades dos três referidos Estados. Tomo a liberdade de atualizar o argumento, mudando alguns Estados por outros, mesmo podendo incorrer o risco de se fazer uma leitura rasa destes, afim de uma melhor exemplificação do ponto de vista do autor.

⁸ Basta para esta exemplificação a percepção de que os noticiários reportam, praticamente diariamente, a calamidade humanitária por qual passa a Síria hoje, imersa em guerra civil e fragmentação de sua comunidade política.

Este argumento explicita sua teoria sobre o desenvolvimento político, cujo foco de suas análises está centrado na capacidade das instituições em assegurar a governabilidade do Estado, na qual sem este quesito qualquer tipo de modernização impactaria de forma a instabilizar um governo, seja ele democrático ou autoritário. Para Huntington a participação política deve, antes de ser percebida como mais ou menos democrática, primeiro conseguir através das instituições que um Estado disponha, permitir a estabilidade do sistema se se quiser que a própria saúde do sistema político permaneça operante e, fundamentalmente, haver ordem política e previsibilidade entre o governo e seus governados. Desta forma, possibilitaria o Estado cumprir o papel pelo qual o mesmo fora concebido para ser feito: governar.

Mas esta característica era diferente do que acontecia, no geral, com relação aos Estados não modernos. Huntington descreve em seu livro que o direcionamento utilizado por países recém emancipados no pós-segunda guerra mundial, bem como de nações tidas como subdesenvolvidas, fora em vistas a se modernizarem economicamente, quando muito socialmente, para procurar vir a ser tal como os países desenvolvidos os são. Quando promovem isto, a modernização acaba por englobar várias mudanças em diversos setores da sociedade: “urbanização, industrialização, secularização, democratização, educação e participação nos meios de comunicação” (Ibidem, p. 44), acarretando em um tipo de descolamento entre a realidade política de um país e o novo padrão de comportamento social que passará a ser apresentado pela sociedade.

Órgãos internacionais pressupunham que com o crescimento da economia fosse possível gerar uma maior distribuição de renda que inevitavelmente ocasionaria em uma estabilidade política, mas, “de fato, o desenvolvimento econômico e a estabilidade política são dois objetivos independentes e o progresso a um deles não tem necessariamente ligação com o progresso em direção ao outro” (Ibidem, p. 18). As capacidades institucionais são deixadas de lado e com isso suas possibilidades de mediação social são inferiorizadas, diminuindo a legitimidade dos processos burocráticos/normativos. Isto acaba por fazer o Estado ter um déficit na capacidade de se autogerir em condições estáveis de governo, as forças sociais então se veem impelidas a demonstrar forças fora da alçada institucional, promovendo suas agendas a força, ou da maneira que fosse possível dar visibilidade a um tema. Como consequência muitos países passaram a enfrentar escaladas de violência ocasionando naquilo em que o autor configura como sendo uma decadência política.

Forma-se, então, para além de uma defasagem monetária entre um Estado moderno para o outro em modernização, a defasagem que os países possuem em termos de autoridade. A esta característica política deficitária em relação aos países modernos, ou mesmo com relação ao próprio desenvolvimento econômico, Huntington irá dar nome de Hiato político. Sendo a principal ferramenta para que os Estados possam obter a formação e legitimação de uma autoridade ser através do incentivo ao desenvolvimento das instituições sociais, pois, como disse Tocqueville, “para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados, é preciso que a arte de se associarem cresça e melhore na mesma proporção em que aumenta a igualdade de condições”.

Falta, no entanto, entendermos o papel, interesses e funções das instituições, das quais Huntington diz ser importante para a estabilidade política da sociedade. Falaremos sobre isto no capítulo seguinte, além de entender o porquê elas são importantes para se estabelecer uma comunidade política.

4.2. Instituições

As instituições políticas surgem a partir da necessidade de mediações consideradas legítimas por grupos distintos para resolver impasses de assuntos que hajam discordâncias entre si. Huntington a define como sendo nada mais do que “a manifestação ao nível de comportamento do consenso moral e do interesse mútuo” (HUNTINGTON, 1975, p. 22), e quando atingida esta característica, considera-se haver uma sociedade alcançado um nível de comunidade política.

Alcançar este status depende do modo como as forças sociais contidas nela interagem com as instituições políticas. Em uma sociedade simples haveria “naturalmente” um senso de comunidade devido as forças sociais que atuam sobre ela serem unívocas, seja ela um clã, um grupo étnico, ou uma sociedade de guerreiros. Todos estão sob a mesma solidariedade, na qual conseguem resolver seus conflitos internamente. Em sociedades complexas, se não houver uma mediação entre as várias forças sociais que atuam sobre ela, possuindo um mínimo de interesse em comum entre as forças, como querer pertencerem a uma mesma sociedade, concordar sobre os meios pelos quais os grupos irão discordar, etc., não se forma uma comunidade.

Com a modernização, novas forças sociais surgem em maior velocidade se comparada ao próprio modo como um dia elas eram formadas. Passando a precisar existir um ritmo maior de intermediações para que a distensão desta situação aconteça e haja uma acomodação das diferentes forças. E isto só é possível com a mediação dos conflitos pelas instituições políticas, ao levar para si todas estas forças conflitantes e propor o diálogo entre as mesmas.

No entanto, para existirem sociedades políticas fortes, e suprimir, nas palavras do autor, o "mundo hobbesiano de implacável competição entre forças sociais" (Ibidem, p. 36) da política é necessária, também, uma moralidade institucional, por ser ela a guia pela qual a comunidade política irá se orientar para agir. Para esta moral ser efetiva, pressupõe-se a confiança dos membros da comunidade nela; isto por sua vez necessita de previsibilidade nas decisões que por ela possam ser tomadas; e sua previsibilidade precisa advir da institucionalização de comportamentos padronizados através de normas.

Por se tratar da gestão da comunidade política, as instituições quando criadas tem o poder e responsabilidade de prover os interesses públicos, daí resulta sua função. Por isto, ela é tanto mais moral e reta com relação aos seus fundamentos, na medida em que através da própria vontade da instituição, expresse seus interesses. "O processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade" (Ibidem, p. 24) tem o nome dado de institucionalização, e é neste sentido que as instituições devem caminhar para seu correto funcionamento.

Entretanto, é preciso se fazer uma distinção entre as instituições e as pessoas que a fazem funcionar. Pois a partir desta diferenciação possuímos a capacidade de identificar que existe o interesse legítimo de uma instituição em si e interesses ilegítimos que a afastam da confiança dada por uma sociedade a ela. Os interesses legítimos são objetivos que visam a manutenção da própria instituição a longo prazo, e por isto as atitudes tomadas pelos agentes que a compõe devem ser pensadas de modo a não a enfraquecer – isto não é o mesmo que tomar medidas populistas ou utilitaristas, e sim responsáveis; os interesses ilegítimos partem dos que nela trabalham, os quais podem ser, ou são, a curto prazo e podem não estar correlacionados com o fortalecimento da instituição. Quanto mais desviada do interesse institucional e por consequência mais perto de interesses pessoais ou de grupos, mais frágil e ilegítima é esta instituição.

Percebe-se, assim, o grau de importância que se é atribuída às instituições por Huntington, cabendo a ela ser o elo entre as diversas forças sociais existentes na sociedade, sendo a responsável por fazer dela, caso as mesmas se sintam representadas por estas instituições, uma comunidade política. Consegue-se medir o quão institucionalizado elas estão através de alguns critérios, sendo eles: possuir a capacidade de se adaptar ao longo do tempo, sendo a mudança com relação a um objetivo original pelo qual ela fora criada uma demonstração de adaptação ao tempo; complexificar-se, ou seja, não depender somente de alguns membros, fortalecendo os processos e decisões de modo que os próprios meandros de funcionamento deixe o sistema político menos suscetível a rompantes e crises internas ou externas que possam-na influenciar; possuir autonomia entre as partes a medida que se desenvolva sua institucionalização, servindo até como meio de moderação de forças sociais novas pretendentes a participar politicamente da comunidade política; e coesão para se fazer valer as tomadas de decisões como legítimas.

Portanto, o motivo pela qual uma instituição fora criada tem de ser respeitada a ponto de não se descaracterizar como própria instituição, padecendo de respeito em meio a comunidade política que representa, ou seja, podendo gerar instabilidades sociais, caso outros pré-requisitos se façam presentes – veremos isto em seguida –, por ser nela a guia pela qual a comunidade se orienta. “A relação entre a cultura da sociedade e as instituições da política é dialética” (Ibidem, p.40). Instituições personalistas e sujeitas a paixões é uma das características que “pulsam” em países politicamente atrasados. O nível de organização e associação destas comunidades são insuficientes para a criação de instituições fortes. E onde não há confiança institucional há desconfiança da comunidade entre si.

Após termos dito sobre as condições intrínsecas às instituições para poderem ter as características que uma comunidade política necessita, partiremos para as condições que fazem as comunidades tensionarem o próprio sistema político. Isto se dá em decorrência dos efeitos da modernização em uma comunidade política cujas instituições presentes nela são insuficientes ou deficientes em seu papel.

4.3. Modernização

A modernização impacta de duas formas com relação à política. Uma primeira seria mais diretamente, sendo a própria modernização da política, racionalizando a autoridade,

complexificando sua burocracia, aumentando a participação política, etc.; a outra forma seria decorrente dos impactos causados nela pela ação da modernização da sociedade. Huntington relata que uma orientação forçosa rumo a modernização por parte de um Estado, faz com que desencadeie elementos conturbadores na sociedade. Ao buscarem este objetivo eles permitem que apareçam as condições que fazem da vida social uma das origens da instabilidade, demandando mais esforços para o Estado em atender os insumos e desejos provenientes da comunidade política.

São duas as dimensões que repercutem mais fortemente na política com a modernização social, sendo a primeira o desenvolvimento econômico e a segunda a mobilização social. Será justamente sobre elas que nos deteremos a seguir, por ser dentre as circunstâncias com impacto na política, as responsáveis por levar as pessoas a participarem politicamente de uma sociedade. A elas o Estado não pode se furtar de relacionar-se, o que não se pode dizer sobre o acatamento de valores modernos pela política, haja visto ser o desejável que acontecesse, mas não o que se observa na maioria das vezes. Isto seria mais uma tipificação da parte de Huntington sobre o que deveria acontecer com um Estado ao sofrer influência da modernização do que de fato acontece.

O autor lembra que o ritmo de modernização está sendo cada vez mais rápido com relação à primeira nação que se modernizara, a Inglaterra, se comparada aos Estados em modernização pós segunda guerra mundial. Ela levara 183 anos para tal, e a margem, para a maioria dos países que se modernizam pós século XX, está ocorrendo aproximadamente em um quarto de século – ou seja, mais do que 7 vezes a velocidade da Inglaterra. Outros indicadores apontam para corroborar a tese de instabilidade das nações em busca da modernidade, como por exemplo o fato de que para os Estados modernos chegarem onde se encontram, sua mobilidade social variara em média 0,1% ao ano, enquanto que para essas novas nações elas variam em média 1% ao ano.

Huntington rechaça empiricamente a tese de quanto mais desenvolvimento econômico mais estável seria o Estado. Isto porque, ao analisar os focos de instabilidades políticas no mundo, diz o autor que se fazia, nas interpretações correntes, uma divisão entre países pobres e países ricos para analisá-las. Com isto as respostas obtidas apontavam o problema de a instabilidade estar na pobreza. Entretanto, segundo dados apresentado pelo autor em seu texto, era preciso trazer mais um tipo de variável à análise para se detectar o equívoco interpretativo. Esta variável adicional tratava de mostrar, além dos países pobres e ricos, o país pobre que buscava se enriquecer, ou seja, o país que para tal procurava a

persecução da modernização. A partir disto foi possível ver que países pobres e ricos eram mais estáveis e menos violentos em comparação aos que estavam tentando se modernizar.

O autor sustenta, entretanto, que a mobilização social tem um efeito instabilizador mais elevado do que o desenvolvimento econômico, isto devido ao fato de que nela se formam as aspirações sociais em decorrência do "efeito demonstração" que outros países modernos exercem sobre o imaginário coletivo em conflito com o nível de vida que é proporcionado para esta população. Esta frustração está contida em um hiato entre o desejável e o factível, contendo um potencial efeito instabilizante na sociedade, como mostra Huntington:

“A capacidade de uma sociedade em transição de satisfazer novas aspirações aumenta num ritmo muito mais lento que as aspirações em si. Conseqüentemente, desenvolve-se um hiato entre aspirações e expectativas, a formação do anseio e a sua satisfação, entre a função das aspirações e a função do nível de vida real” (HUNTINGTON, 1975, p.67).

Quanto menos oportunidade de mobilidade social se tem, mais pressão política se terá para a participação nas instituições. Quanto menos as instituições souberem internalizar estas demandas, mais força terão canais ilegítimos de pressão. Quanto mais rápida for a mobilização social mais difícil é a possibilidade das instituições acompanhá-las. É neste sentido que a modernização acaba por atropelar etapas e acrescentar demandas além das já postas as instituições, aumentando as expectativas com relação a um serviço ideal e, quando os pedidos vão além das capacidades de resposta das instituições, as insatisfações acontecem e geram possíveis conflitos em direção ao Estado se não houver um trâmite canalizando estes ensejos.

Outras conseqüências da modernização social no ambiente político corroboram para conturba-lo ainda mais. Huntington descreve o fato de que a modernização não solapa grupos sociais que já existiam para o surgimento de um novo, mas faz com que além de multiplicar identidades, elas se coexistam e desta forma surjam conflitos de interesse entre grupos tradicionais, tradicionais e novos, e entre os grupos novos. A modernização não só faria surgir a identidade de novos grupos oriundos de novas formas de pensar, demandar, e se identificar, mas também faria com que surgissem grupos "contra-modernização", por verem-se ameaçados, ao mesmo tempo em que seus valores tradicionais antes hegemônicos são agora postos em dúvida por novas forças sociais.

Outro aspecto aparentemente contraditório, mas que suscita a instabilidade é a velocidade com que se implementa níveis de escolaridade – moderniza – para a população

de um país. A velocidade de progressão e expansão do ensino está diretamente vinculada com a rapidez com que se rebelarão os beneficiados pela educação universalizada da qual fazem parte. O motivo disto seria o fato de o mercado de trabalho não estar preparado para receber repentinamente uma elevada oferta de mão de obra qualificada, sem, antes, ela estar demandando por estes profissionais formados. Neste quesito o descontentamento dos não inclusos no mercado de trabalho e as ulteriores consequências deste fato, variam de acordo com o nível de escolaridade ocioso e subempregado dos formados. O perigo de impacto e magnitude de uma insatisfação aumenta proporcionalmente ao nível de escolaridade dos atingidos pela falta de oportunidade.

É certo, também, que a corrupção, a despeito da dificuldade de estudá-la, é diretamente proporcional ao crescimento social e econômico. Pesquisas sugerem isto na revolução industrial inglesa e em outras situações similares. Onde houvesse oscilações entre estagnação econômica e crescimento econômico haveria acompanhando os indicadores o nível de escalada de corrupção. Outra característica é o fato de a corrupção pública se enquadrar em um diagnóstico de insuficiência institucional, uma vez que são feitos acordos à margem das mesmas. "Corrupção é o comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares" (Ibidem, p. 72).

Todas estas nuances nos permitem dizer, e é preciso ser destacado, que a modernidade tende a gerar estabilidade e a modernização instabilidade. A diferença entre estes dois termos se encontra no fato de que aquele indica um processo de modernização completo, ou seja, todas as arestas sociais foram resolvidas e há meios que vocalizam e direcionam os grupos sociais para as instituições, bem como todos os setores sociais terem sido modernizados, seja a economia, seja a política. Existe mobilidade social vertical e horizontal; enquanto que o segundo termo condiz com os problemas já ditos acima sobre processos inacabados e instabilizantes da comunidade política, onde há somente a modernização de alguns setores sociais, as mobilidades sociais são somente horizontalizadas, o que só faz por aumentar as contradições e aspirações intrínsecas a referida comunidade.

Surge então a hipótese do hiato de Huntington, concluindo todo o argumento que fizemos até chegarmos aqui, no qual consiste em perceber que:

“O hiato econômico, em contraste com o hiato político, foi alvo de atenção, análise e ação constantes. Programas de ajuda e de empréstimo, o Banco Mundial e bancos regionais, a ONU e a Organização de Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE), consórcios e grupos, planejadores e políticos, todos participaram de um esforço ingente para resolver o problema do desenvolvimento econômico. Quem se preocupou, porém, com o hiato político?”. (Ibidem, p. 17)

Caso haja o hiato político na mesma medida em que não haja oportunidades de mobilidade social vertical e as instituições políticas sejam rígidas, ou pouco institucionalizadas, acontece o direcionamento social para a participação política, sendo um dos únicos meios pelo qual uma sociedade poderia conseguir ascender-se socialmente. Assim, fica configurada a instabilidade política.

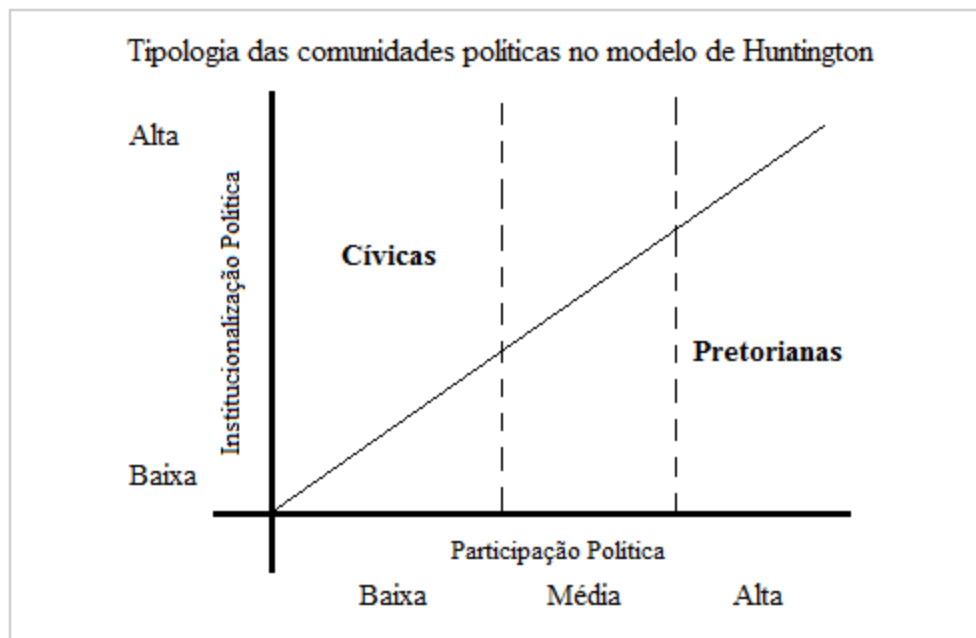
4.4. Sociedades Cívicas x Sociedades Pretorianas

Huntington chega em seu livro em um ponto fundamental para explicar e resumir os Estados em dois tipos de comunidades políticas – isto é importante porque é o resultado de todos os fatores de instabilidade na qual ele explica e está sucintamente discorrido até aqui. O autor introduz o conceito de comunidades pretorianas e comunidades cívicas para propor, de acordo com o nível de participação política de uma sociedade e o nível de institucionalização da mesma e o modo como se relacionam, uma tipologia que identifica o modo como uma sociedade política é. Para exemplificar seu pensamento Huntington faz um gráfico (conferir gráfico 1) linear onde o eixo X é o equivalente a participação política, na qual ele divide em baixa, média e alta, e o eixo Y o mesmo que a institucionalização política, dividida em baixa e alta. Entre estas duas variáveis ele traça uma reta em diagonal na qual pertencerá abaixo dela a comunidade política pretoriana e acima dela a comunidade política cívica.

O que o gráfico procura explicar é a correlação entre as variáveis, sabendo que não importando o nível de participação política, para uma comunidade ser estável ela precisa possuir instituições que, se não forem capazes de assimilar *inputs* a mais do que o necessário, ela deva, pelo menos, conseguir de maneira igual ao nível de participação que se encontra uma determinada sociedade no gráfico. De modo que se o nível de institucionalização política for abaixo do nível de participação, independente de quão alto seja o patamar das duas no gráfico, ela será uma comunidade débil do ponto de vista de governabilidade e, portanto, será uma comunidade pretoriana. Basicamente o que se diz através disto é de, para a boa governabilidade (g), ou bom governo, independentemente dos tipos de participação política existente, o quociente de institucionalização (i) sobre participação (p) deva ser maior ou igual a um.

$$g = \frac{i}{p}, \text{ onde } i \geq p$$

Gráfico 1



Fonte: Huntington (1975, p.92).

Assim, o autor ao se referir sobre os países em modernização que não detenham a estabilidade necessária para a governabilidade, faz uma remissão aos clássicos do pensamento político por haver neles uma alusão aos mesmos problemas cíclicos sobre mau governança ditados por alguns autores gregos – como Políbio, Aristóteles e Platão – no qual os sistemas de participação se revezariam em um ciclo entre o mau governo de um, de poucos e de muitos, sem, contudo, conseguirem o necessário para o bom governo, independente do sistema político vigente, ou, no nosso caso, a modernidade. A cada mudança de sistemas de governo, instabilidades se acentuariam fazendo esta roda de governança girar, sem, contudo, conseguirem o que a faria ser bem governada: alcançar a noção de comunidade política.

A chave para a estabilidade é a institucionalização da política, porque:

“As instituições impõem a socialização política como o preço da participação política. Numa sociedade pretoriana, os grupos são mobilizados para política sem se tornarem socializados pela política. Ao contrário, a característica distintiva de uma comunidade política altamente institucionalizada é o preço que ela impõe ao poder. Numa comunidade política cívica, o preço da autoridade envolve limitações nos recursos que podem ser utilizados na política, nos procedimentos pelos quais se pode adquirir o poder, e nas atitudes que podem ser mantidas por aqueles que detêm o poder. Se a sociedade é moderna e complexa, com uma

multiplicidade de forças sociais, os indivíduos de qualquer uma dessas forças podem ter de fazer mudanças expressivas em seu comportamento, valores e atitudes, no decorrer do processo de conquista do poder através das instituições políticas da sociedade. Podem ter de renunciar a muito do que aprenderam da família, do grupo étnico e da classe social, adaptando-se a um código de comportamento inteiramente novo" (HUNTINGTON, 1975, p.96).

Não importa se um país é moderno em termos educacionais, de saúde, ou em infraestrutura. Se o preparo das instituições for aquém daquilo que necessita a participação política, o Estado será pretoriano. Para identificar esta institucionalização é preciso estar atento a dois fatores adicionais que a demonstram: meios legítimos que consigam captar os ensejos dos grupos sociais, *Inputs*, e os meios em que se consiga dar vazão a esses desejos, *outputs*. Ou seja, partidos políticos e funcionalismo público, respectivamente.

O partido é a instituição característica das comunidades políticas modernas, é nele que os grupos sociais devem procurar se amparar findado os valores tradicionais. Quando não é corretamente vocalizada para os partidos as vontades dos grupos, eles buscam se legitimar de outra forma que não o meio institucional, acarretando assim em um jogo de força onde os grupos sociais procuram através de seu poder de barganha as conquistas do que desejam, utilizando para estes fins a força, a desordem, ou situações de caráter anômico com relação aos países modernos. Ficando a noção de que os países em modernização acabam por procurar "a modernidade à custa da política e, no entanto, deixam de alcançar a primeira por negligenciarem a segunda". (Ibidem, p.105)

5. DESENVOLVIMENTO

Para demonstrarmos a teoria de Huntington explicando as manifestações de junho, iremos didaticamente subdividir em tópicos o conteúdo de nosso desenvolvimento. Seguiremos as etapas que Huntington elenca em seu livro para demonstrar o caminho por qual passaria um Estado até atingir a instabilidade política, ou mais precisamente a hipótese do hiato. Desta forma acreditamos que não haverá lacunas a serem entendidas sobre as manifestações que propomos interpretar.

Seguiremos, portanto, a ordem em explicar a relação entre mobilização social e desenvolvimento econômico gerando frustração social. Esta, por sua vez, aliada com baixa mobilidade social produzindo participação política, que em conjunto com a baixa institucionalização política ocasionam em instabilidade política.

5.1. Frustração Social

Para demonstrarmos a frustração social era preciso conseguir informações que levassem a mostrar uma mobilização social acima de uma capacidade econômica, pois sabemos que “o hiato entre essas duas formas de mudança fornece uma medida para o impacto da modernização na estabilidade política” (HUNTINGTON, 1975, p. 66). Por isto, tivemos que primeiro imaginar as variáveis que pudessem ser identificadas com aquelas duas dimensões sociais ditas acima, para que depois pudéssemos apontar as informações que demonstrassem uma alta mobilização social em conjunto com um desenvolvimento econômico aquém do esperado. Para tanto, utilizamos dados oriundos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM) como ponto de partida para a nossa análise. Foram pegadas informações relativas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini, Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Produto Interno Bruto (PIB) e Inflação para este tópico.

Haja visto os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ser a mensuração da qualidade da saúde, educação e renda de uma nação, este indicador pode ser a peça perfeita para se utilizar em comparações com a teoria de Huntington, uma vez que ao ter estes três tipos de variáveis, ela acaba por agregar neste único índice questões relativas à modernização, principalmente a mobilização social – por envolver questões como mudanças de pensamento rumo a secularização das ideias, advindas, dentre outras características, de uma melhora educacional e crescimento econômico – e aumento da capacidade econômica de uma nação – crescimento da renda per capita e saúde.

No que concerne ao Brasil, o site do PNUD brasileiro, consta ser o seu IDH o que mais cresceu em porcentagem ao longo dos anos em comparação com qualquer outro Estado de toda a América Latina e Caribe (conferir tabela abaixo), o posicionando na 79ª colocação na classificação geral de países no RDH 2014, com um IDH de 0,744, índice classificado como de “alto IDH” – divisão expressa entre o indicador 0,700 e 0,799. Ficando abaixo de uma divisão categórica da qual fazem parte um seleto grupo de 49 Estados cujos quais carregam o rótulo de “muito alto IDH” – valores acima ou igual a 0,800. Vale ressaltar que o Brasil não possui o maior índice em comparação ao já citado conglomerado de países latinos, pertencendo este posto ao Chile, na 41ª colocação geral com IDH de 0,822, mas tão

somente as maiores taxas de crescimento deste indicador ao ano em 0,95%. O que demonstra ser um país que possui um dos maiores índices de crescimento de mobilização social ao ano, se considerarmos o IDH como sendo um indicador o suficiente para tanto.

Tabela 1

Países	IDH	Expectativa de vida ao nascer	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	PIB per capita	Média anual do crescimento do IDH (%)		
						1980 - 1990	1990 - 2000	2000 - 2013
Uruguai	0,790	77,2	8,5	15,5	18.108	0,49	0,69	0,50
Brasil	0,744	73,9	7,2	15,2	14.275	1,16	1,10	0,67
Paraguai	0,676	72,3	7,7	11,9	7.580	0,55	0,73	0,61
América Latina Caribe	0,740	74,9	7,9	13,7	13.767	0,79	0,87	0,62

Fonte: RDH 2014

O índice de pobreza multidimensional (IPM)⁹ pode ser citado como complemento a estes dados. Este índice se configura com sendo uma estimativa de quanto da população de um país vive privada e/ou quase privada de recursos que o indicador julga ser importante para os indivíduos. Conseguem-se respostas para esta mensuração através de algumas variáveis que abarcam três diferentes tipos de dimensões, a saber: saúde, educação e condições de vida. Sabe-se que um índice como esse tem a sua parcela de arbitrariedade por ser a noção de pobreza algo cambiante de cultura para cultura, assim como diz o texto de Barros; Carvalho; Franco¹⁰ (2006), mas, ainda assim, julgamos ser as insuficiências que o Relatório leva em conta ao formular o IPM apropriadas para o tema aqui proposto, por ser estes indicadores oriundos de consequências da modernização social. Portanto, o IPM nos permite não somente associar a pobreza com o valor do rendimento econômico tal qual como o Índice de Gini, mas também com a noção de qualidade de vida das pessoas.

A intensidade desta privação é a chave que permite classificar a população nestas categorias de pobreza multidimensional. Para uma pessoa estar no limiar do multidimensionalmente pobre ela deve ter uma privação entre 20 a 33% das variáveis contidas no cálculo do IPM, e em caso de estar acima deste patamar de exclusão, fica então configurada a pobreza multidimensional. No Brasil, consta que em 2006 havia 4% da população nesta categoria, enquanto que em 2012 este índice caiu 0,9% reduzindo para 3,1%

⁹ Para percepção do real método de mensuração deste índice, checar nota técnica do IPM do RDH 2014.

¹⁰ Conferir referência bibliográfica para mais informações.

os brasileiros encaixados nesta classificação (conferir tabela 2 e 3). A população em quase pobreza multidimensional também reduziu, passando de 11,2% para 7,4% nas mesmas datas referidas. Demonstrando haver situações em que os brasileiros sejam em maior número pobres de rendimento do que de acessos a recursos sociais, ou seja, tendo maiores acessos a fatores de mobilização social do que de capacidade de ascensão social, isto, evidentemente, com relação a uma população mais humilde do índice.

Tabela 2

População brasileira						
em Pobreza Multidimensional				em quase pobreza multidimensional	abaixo do limiar da pobreza de até 1,25 US\$ em PPC por dia (%)	
Ano	IPM	(%)	Intensidade da privação (%)	(%)	2002 - 2012	
Brasil 2012	0,012	3,1	40,8	7,4	6,14	
Brasil 2006	0,017	4	41,4	11,2	#N/D	

Fonte: RDH 2014

Tabela 3

Contribuição das privações para a pobreza global (Brasil)			
Ano	Educação (%)	Saúde (%)	Condições de vida (%)
2012	27,7	38,4	33,9
2006	41,4	20,4	38,2

Fonte: RDH 2014

Outra característica para se levar em conta quanto a frustração social são os dados econômicos independentes de variáveis sociais correlacionadas. Pois tem-se que, para Huntington, crescimento econômico pode ou não se correlacionar com a instabilidade política, por ser esta uma relação complexa. Porém, é igualmente verdade que para a América Latina e Caribe, o mesmo autor relata ser muito importante o crescimento econômico da região para a manutenção da estabilidade política. Desta forma, somando a estes fatores conjunturais elencados nos parágrafos anteriores, temos informações relativas a economia que acrescentam detalhes, a nosso ver, importantes à presente pesquisa.

A primeira delas é o Produto Interno Bruto do país (conferir gráfico 1) ao longo dos anos apresentado pelo Banco Mundial. Onde nele é possível perceber que do ano de 2009 – no qual, na verdade, houvera uma retração econômica de 0,2% – em diante, o país passou por um alto crescimento registrado no ano de 2010 de 7,6% do PIB, entrando posteriormente em uma tendência de queda econômica nos anos de 2011 (3,9%) e 2012 (1,8%), apresentando uma melhora de quase um ponto percentual nos indicadores em 2013 (2,7%)

e voltando a cair em 2014 (0,1%). A segunda informação, cuja qual complementa estas informações de tendência de baixo crescimento econômico, são relativas às tendências de alta da inflação (gráfico abaixo) apontadas pelo Banco Mundial, onde após 2010 ela passara a ser constantemente maior do que o PIB de mesmo ano de sua comparação.

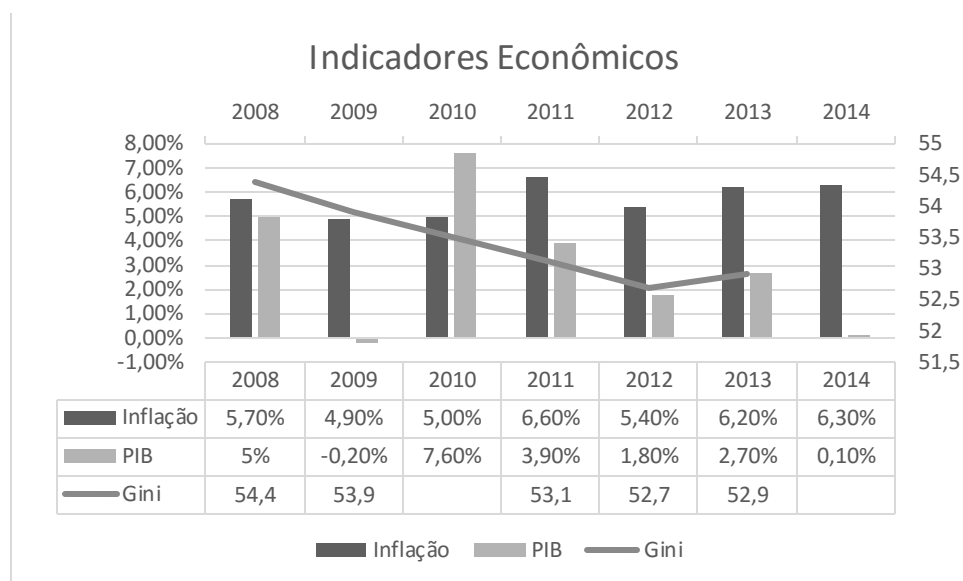
Por isto, dentre as várias informações contidas no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2014, outro indicador merecedor de destaque é o índice de Gini (conferir gráfico 1), no qual tem a pretensão de avaliar o quão desigual é uma sociedade, baseando-se para isto no poder de consumo contidos em um Estado. A importância deste indicador para a pesquisa se demonstra pelo fato de que caso haja uma maior equalização da renda de um país, aquela população que outrora somente se preocupava com sua subsistência passará agora a procurar satisfazer outros anseios. Tendendo-se, assim, a ter novas demandas em direção às instituições.

O indicador de Gini vai de zero – a sociedade mais igualitária possível – à cem – a mais desigual possível – e nele consta o Brasil possuir uma média de 54,4 no índice de Gini entre os anos de 2003 a 2012. Mesmo assim, de acordo com os dados disponíveis segundo o site do Banco Mundial (conferir gráfico abaixo), a desigualdade brasileira vinha em viés de queda, sendo possível perceber o Brasil atingindo o nível mais baixo de desigualdade, entre os dados disponíveis, em 2012 (52,7), quando no ano subsequente uma sutil piora deste quadro ocorre (52,9).

Estas informações econômicas demonstram, que os custos de vida estão se elevando enquanto que a economia se mostra fadigada para crescer. Ao mesmo tempo em que pode estar havendo uma nova tendência na distribuição de renda social, só que desta vez com um viés de alta na desigualdade.

Quanto a este sentido, podemos relatar dois acontecimentos: existe uma redução da desigualdade social até 2012, e as famílias mesmo em crises, como foi o caso de 2009, e isto é dito no RDH, possuem uma certa resiliência que as fazem se manter a em um determinado padrão de vida, possibilitando que as pessoas estejam mais aptas para se tornarem consumidoras de serviços até esgotarem o estoque de recursos que permitam a elas amenizarem a queda de padrão de vida, mesmo com a desaceleração da economia. O que pode justificar uma contínua queda da desigualdade, ao mesmo tempo em que pode ser dito que após 2012 estas mesmas famílias lutarão para se manter com o padrão de vida até então alcançado, o que passa a acontecer em 2013 quando a desigualdade aumenta.

Gráfico 2



Fonte: Banco Mundial

Huntington diz que a mobilização social e o desenvolvimento econômico podem gerar frustração social se não atendidas as expectativas da comunidade política, e é possível perceber, através destes dados, que a circunstância brasileira nestes últimos anos aponta para esta direção. “A capacidade de uma sociedade em transição de satisfazer essas novas aspirações aumenta num ritmo muito mais lento que as aspirações em si” (Ibidem, p. 67). O Brasil é o país em sua região que mais cresceu o IDH em média por ano desde quando passou a ser registrado este índice, sendo que nestes últimos anos, devido a tendências econômicas negativas, a importância da economia para o crescimento de seu IDH diminuiu, o que nos leva a darmos maior significância para os indicadores sociais, como o aumento no acesso à educação e à saúde.

A política governamental de redução da desigualdade, por sua vez, tem sortido efeito, o que gera, como consequência, maiores obrigações institucionais com relação a novas parcelas de classes sociais, antes inexistentes por não demandarem do Estado, ou, pelo menos, muito pouco, e que agora se amontoam por espaço e interesses na disputada vida em sociedades complexas. Adicionando a estas características ainda, as pioras nos indicadores econômicos. Pondo em risco ganhos sociais recentes, ocasionando por intensificar uma possível participação política já existente, em vistas a não perderem benefícios já adquiridos.

Mais do que isso, é possível afirmar através das informações do IPM que existe um maior número de pessoas monetariamente pobres do que em relação as múltiplas dimensões

que o índice computa para si, demonstrando haver para uma camada social um maior desenvolvimento social do que em relação ao econômico. Ao mesmo tempo, pode-se perceber uma tendência de queda do PIB ao longo dos anos e alta da inflação cujos indicadores fazem levar a crer em queda de capacidades de compra por parte de toda a população, e sabe-se que a perda na paridade de compra atinge sobremaneira os mais pobres do que os mais ricos, justamente os que estão ascendidos socialmente em decorrência das políticas governamentais de inclusão social, bem como em decorrência dos crescimentos dos acessos a serviços que sempre houveram altas constantes do Brasil, segundo o histórico de seu IDH.

Huntington não nega o fato de que “em algumas circunstâncias, as reformas podem reduzir as tensões e incentivar uma mudança pacífica ao invés de violenta”, porém, se tratando das maiores incidências, e tendo em mente os efeitos combinados para que a ocorram, “a reforma pode na verdade exacerbar as tensões, precipitar a violência e ser uma força catalítica da revolução e não um substituto da mesma” (Ibidem, p. 19). É deste segundo caso que propomos se tratar a realidade brasileira.

Dentro destes indicadores apresentados, pode se dizer ficar configurada as circunstâncias que o autor mostra ser necessário para haver frustração social, havendo a possibilidade de um hiato entre o que se deseja e o que se é possível ter, e “esse hiato gera a frustração social e a insatisfação. Na prática, a extensão do hiato proporciona uma medida razoável da instabilidade política” (Ibidem, p. 67).

5.2. Participação Política

Sabemos que para haver a instabilidade social dependemos de dois fatores combinados e simultâneos: processos de modernização e baixa capacidade de institucionalização da política. Entretanto, existe uma variável interveniente que é necessário se levar em conta antes de atestá-la. É preciso saber se há participação política ocorrendo na sociedade, pois a instabilidade é decorrente desta ação desligada das instituições sociais. Para tanto, é preciso primeiro saber antes se, de fato, além dos apontamentos apresentados acima, existe a frustração social; e, segundo, se existe a oportunidade de mobilidade social para dissipar esta frustração.

Deste modo, recorreu-se ao Latinobarometro.com para obter algumas respostas sobre possíveis frustrações a que o brasileiro estivesse submetido que nos auxiliassem a corroborar as ideias sobre os acontecimentos de junho no Brasil. Para obtê-las, utilizamos questões que punham em pauta a disposição do cidadão para protestar em perspectiva comparada com outros Estados, assim como se já haviam saído para protestar por algo, e se, enquanto tal, o haviam feito sob o uso da força.

Quanto a oportunidade de mobilidade social, utilizamos alguns dados empregados por Waldir Quadros em artigo publicado em Le Monde Diplomatique Brasil, intitulado “Brasil: um país de classe média?”, cujo autor explicita as capacidades de ascensão econômica de diferentes nuances dos setores da classe média brasileira a partir dos diferentes números de ingressantes em novas faixas de renda.

Com relação a frustração social, se compararmos o Brasil com os outros dois Estados sul americanos, Paraguai e Uruguai, veremos que ao contrário do que indica as pretensões de cada cidadão dos diferentes países, o Brasil é o país com maior número de protestos, levando em conta as respostas dos participantes. Constata-se isto por meio da pergunta realizada sobre o quão provável as insatisfações e frustração social poderiam transformar-se em ação (conferir tabela 4), cujas respostas obtidas em relação à mais alta disposição em sair às ruas para protestar mostraram-se mais baixa entre os brasileiros (28,9%), do que entre paraguaios (40,8%) e até mesmo uruguaios (31,2%). O que não se pode dizer em termos de ações práticas quanto as frustrações sociais, pois ao se perguntar sobre manifestar-se de fato (conferir tabela 5), 39,7% dos brasileiros responderam que o fizeram pelo menos uma vez nos últimos três anos, ante 20% para Paraguai e 22,4% para o Uruguai. Ao acrescentarmos a quantidade dos que se fizeram valer pelo uso da força ou violência ao menos uma vez nos últimos três anos por uma causa política (tabela 5), também demonstra-se ser o Brasil o Estado onde mais houveram respostas neste sentido, 6,8%, ante 4,6% e 1,7%, respectivamente.

Tabela 4

Disposição para sair e protestar pela saúde e educação				
Países	Nada disposto	Não muito disposto	Disposto	Muito disposto
Brasil	15,4	16,4	36,9	28,9
Paraguai	5,8	13,7	39	40,8
Uruguai	22	16,2	27,1	31,2
Média	14,4	15,4	34,3	33,6

Fonte: Latinobarometro.org

Tabela 5

Países	Participar de protesto			Fazer uso da força ou violência por uma causa polít		
	Uma vez nos últimos três anos	Mais de uma vez nos últimos três anos	Nunca	Uma vez nos últimos três anos	Mais de uma vez nos últimos três anos	Nunca
Brasil	16,3	23,4	58,5	3,5	3,3	91,4
Paraguai	10,7	9,3	79,8	3	1,6	94,5
Uruguai	7,9	14,5	75,2	0,6	1,1	95,5
Média	11,6	15,7	71,2	2,4	2	93,8

Fonte: Latinobarometro.org

Este tipo de resposta encontrada nos questionários mostra-nos que existe uma pressão popular para a política maior no Brasil em comparação com estes outros países, além de ser possível afirmar haver, de fato, uma maior frustração social no Brasil do que em relação aos outros Estados citados. Curioso é que os indicadores podem propor na aparente contradição das respostas dos brasileiros uma coerência com relação a teoria de Huntington, pois ao se ter uma maior incidência de protestos somadas a uma menor insatisfação com a vida, temos um indicativo de que, a despeito de estar melhorando a vida dos brasileiros, existem situações circunstanciais de insatisfações. Isto mostra-nos que o problema não é o aumento da qualidade de vida em si, mas o que vem somada a ela, ou seja, novos desejos que não eram possíveis de serem tidos, ou pensados, mas que, em algum momento, passam a existir, possibilitando que indivíduos se alertem e percebam problemas onde eles antes não os viam. “A urbanização e os aumentos nos índices de alfabetização, educação e exposição aos meios de massa provocam um incremento das aspirações e expectativas, as quais, se não satisfeitas, galvanizam os indivíduos e os grupos para a política” (HUNTINGTON, 1975, p. 60).

No que concerne sobre a possibilidade de mobilidade social, Waldir Quadros reportou em artigo para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 01/11/2010, ter havido, em pleno desenrolar da crise econômica oriunda da bolha imobiliária norte americana em 2008, uma contínua ascensão social entre os miseráveis e massa trabalhadora para as baixas e médias classe média. Os indicadores apresentados¹¹ (ver tabela 6) quanto a oportunidade de mobilidade social, devem ser lidos na coluna do crescimento acumulado, onde pode-se perceber que a oportunidade de mobilidade, para os anos observados, da média classe média para a alta classe média é de 2,5 milhões de pessoas, da baixa para a média é de 10,4 milhões

¹¹ Merece nota o fato de que os dados apresentados em tabela pelo autor, e escritos pelo mesmo no artigo diferem.

de pessoas, da massa trabalhadora para a baixa classe média de 30,3 milhões de pessoas, e dos miseráveis para a massa trabalhadora em 75,5 milhões de pessoas.

Estes dados apresentados por Quadros, apontam para a dificuldade a partir da baixa classe média em obter altos índices de mobilidade social, ficando isto mais concentrado nos estratos sociais inferiores.

Tabela 6

Estratos sociais	2003	2009	Crescimento 2009-2003	Crescimento acumulado
Alta classe média	11,9	14,4	2,5	2,5
Média classe média	17	24,9	7,9	10,4
Baixa classe média	53,2	73,1	19,9	30,3
Massa trabalhadora	49,9	57,9	8	75,1
Miseráveis	43,9	18,4	-25,5	
Soma	175,9	188,7	12,8	

Fonte: Pnad

O autor diz ser necessário uma “terceira revolução industrial” e uma melhora na qualidade dos serviços públicos prestados pelo país para que os ganhos monetários, oriundos de políticas governamentais e do crescimento econômico, e a consequente ascensão social dos miseráveis e massa trabalhadora para a baixa classe média, fosse acompanhada por uma oportunidade de mobilidade social da baixa e média classe média para níveis mais elevados de renda, tal qual para o que o autor chama de a legítima classe média, ou “alta classe média”. Ou seja, para haver além de uma mobilidade social limitada somente até o ponto de uma baixa classe média, teria de haver uma maior oferta de serviços que requeressem maiores níveis de instruções, na qual beneficiaria diretamente os estratos mais elevados da classe média e indiretamente os estratos mais baixos de classe. Com estas realizações haveria a possibilidade de uma “sociedade mais justa e menos desigual”. Entretanto, sabemos a partir das datas apresentadas por Quadros e do que fora dito no tópico “5.1 Frustração Social”, que isto que o autor dissera ser necessário acontecer, não ocorreu.

Por isto, fica constatada uma insatisfação social em decorrência do número de participantes de protestos constatados por parte dos brasileiros em comparação com os outros Estados sul americanos, e uma insuficiência, até certa parte, de mobilidade econômica por empregos que seriam melhor remunerados. Parece ser lícito dizer haver em decorrência de uma ausência de mobilidade social a partir de uma faixa de renda – principalmente se percebermos que a escolaridade terciária entra em maior número para o mercado de trabalho que antes, em decorrência dos incentivos em programas de estudo por parte do Estado, sem

que se possa conseguir um emprego a altura de sua pretensão social –, um direcionamento social para o Estado com vistas a pressioná-lo por anseios. Ou seja, participação política.

Com tudo isto exposto, falta-nos a dimensão dos impactos da institucionalização insuficiente para a modernização e a sua relação com as manifestações de junho. Entrementes, é importante perceber que não falaremos sobre os motivos que levaram a ser as datas organizadas pelo MPL para os protestos as que vingaram em levar multidões para as ruas, nem o de porque isso não acontecera antes – nesta magnitude –, mas sim sobre como se pode interpretar este fenômeno de pessoas indo às ruas em massa com as informações que temos em mãos.

5.3. Instabilidade Política

Para este tópico usamos outros indicadores do Latinobarometro.com no intuito de mostrar a desconfiança social de um ponto de vista comparado, bem como de informações obtidas pelos institutos IBOPE – no dia 20 de junho em oito capitais participantes das manifestações e entrevistadas in loco – e Datafolha – em São Paulo nos dias 17 e 20 de junho com entrevistas realizadas também no local das manifestações, e nos dias 17 e 21 de junho em entrevistas com a população paulistana sobre os protestos. Buscamos com as informações dos institutos particularizar os dados, já que o tema proposto pela presente pesquisa é o de responder o porquê de as manifestações de junho terem acontecido. Foi-se utilizado para chegar ao perfil dos manifestantes as variáveis idade, educação, população economicamente ativa (PEA) e faixa de renda. Para se alcançar as opiniões dos manifestantes buscamos as informações referentes a se possuíam preferência partidária, vínculo com instituições, se sentiam-se representados por partidos, ou políticos e obter quais foram os motivos que os fizeram ir às ruas.

Temos que fazer a ressalva de que nem sempre as perguntas efetuadas e as divisões categóricas realizadas por um instituto são as mesmas realizadas pelo outro. Por isto, temos tanto perguntas, quanto respostas diferentes para cada instituto. Mesmo assim escolhemos utilizar algumas informações por acharmos que os usos delas apresentam dados complementares uns aos outros.

Além destes dados coletados nas manifestações, buscamos informações sobre confiança institucional, comparando informações de Brasil com os já apresentados Estados

sul-americanos nos quesitos partidos políticos, congresso nacional, presidente, pessoas e poder judiciário, bem como um aprofundamento nos indicadores institucionais com informações do IBOPE sobre o tema. Buscou-se, também, o que havia de similar e discrepante entre os manifestantes de São Paulo e os moradores da capital, levando em conta as opiniões sobre os protestos.

Como fora dito acima, procurou-se dados utilizando a mesma comparação entre países, também já realizada, para conferir o nível de confiança do brasileiro sobre diversos tipos de instituições. Ao serem perguntados se o país a qual pertenciam era governado em benefício de grupos poderosos, ou se para o bem de toda a população (ver tabela abaixo), obteve-se com 76,1% dos entrevistados brasileiros uma afirmativa para a primeira opção. Os paraguaios apresentaram uma opinião de 87,1% concordando com esta assertiva. Situação diferente da apresentada pelo Uruguai, onde 41,8% dos entrevistados em seu país achavam que era aquela primeira opção a mais apropriada ao modo como se governam o seu país.

Tabela 7

Governado para poucos ou para muitos		
	Grupos poderosos em benefício próprio	Para o bem da população
Brasil	76,10%	18,30%
Paraguai	87,10%	8,30%
Uruguai	41,80%	48,60%

Fonte: Latinobarometro.org

Através de outras perguntas, pôde ser conferido que a descrença partidária do brasileiro (tabela 9) é maior do que em relação aos outros dois Estados, chegando a quase 50% da resposta do questionário. No que diz respeito a confiança no congresso nacional de cada país, confiança no presidente, nas pessoas, e no judiciário (tabelas abaixo), temos que o Brasil possui indicadores que apontam uma maior confiança do que em relação ao Paraguai, exceto na confiança entre os pares nacionais, na qual somente 4,7% dos brasileiros acreditam que pode se confiar nas pessoas. O Uruguai possui os melhores resultados nos índices de confiança entre os três países pesquisados.

Restringindo mais as informações e procurando uma segunda opinião sobre o tema, veremos as instituições serem encaradas, de maneira geral, com ceticismo por parte do brasileiro. Para tal informação usamos dados relativos ao Índice de Confiança Social (conferir gráfico 3) realizado em todo território nacional e apresentado pelo IBOPE. Pode-

se observar uma evolução temporal das desconfianças, com um pico negativo na data de 2013 e uma melhora no ano posterior.

Tabela 8

Países	Confiança no congresso				Confiança no presidente			
	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
Brasil	5,5	22,8	33,6	35	15,9	31,6	30,7	20,5
Paraguai	2,2	17,8	38	39,4	7,8	27,9	35,6	28,1
Uruguai	8,9	38	27,4	19,8	30,7	33,9	18,5	15,4
Média	5,5	26,2	33	31,4	18,1	31,1	28,3	21,3

Fonte: Latinobarometro.org

Tabela 9

Países	Confiança no poder judiciár				Confiança nos partidos			
	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
Brasil	11,4	29,8	29,5	25,3	4,2	16,7	29,3	46,8
Paraguai	3,1	20,7	38,6	34,6	3,7	24,2	39,4	31
Uruguai	12,9	35,8	27,6	19,3	5,6	30,6	32,3	27,9
Média	9,1	28,8	31,9	26,4	4,5	23,8	33,7	35,2

Fonte: Latinobarometro.org

Tabela 10

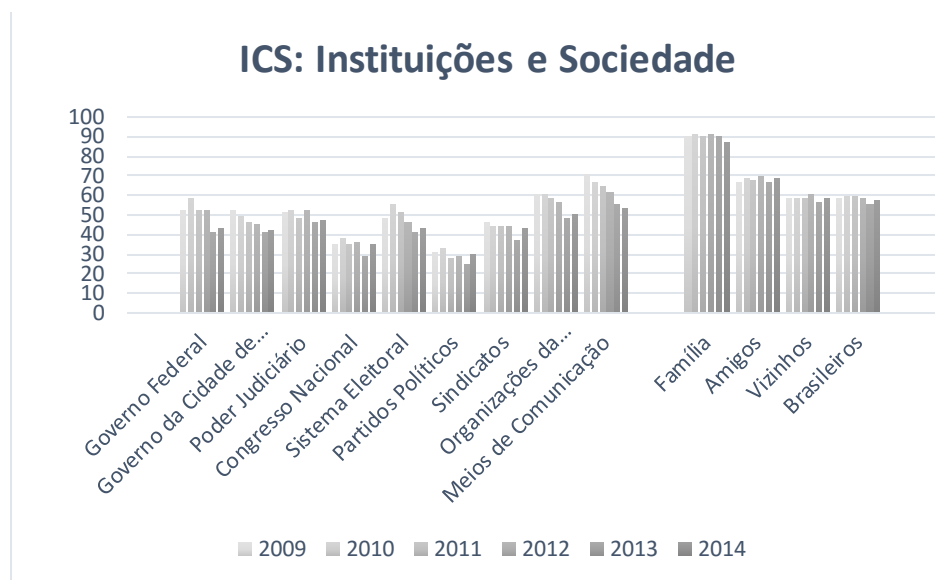
Países	Confiança nas pessoas	
	Pode-se confiar na maioria das pessoas	Cuidado nunca é demais para lidar com os outros
Brasil	4,7	92,8
Paraguai	10,1	86,1
Uruguai	20,6	77,7
Média	11,8	85,5

Fonte: Latinobarometro.org

Isto nos indica que a percepção da própria população com relação as instituições políticas não são geridas como deveriam, por mais que hajam discrepâncias com relação as diferentes coletas de dados das diferentes fontes. Este tipo de informação pode ser destacado como sendo aquilo em que Huntington sugere ser fruto da desconfiança nas instituições públicas, que tem como princípio a legitimidade de sua autoridade absortas na previsibilidade de normas e condutas, transformando-as em não legítimas ao não ter estas competências. Com a incerteza institucional fica posta a dificuldade de se conseguir atingir uma comunidade política, atingindo como marca a carência de confiança nas relações interpessoais, pois “as sociedades carentes de governos estáveis e eficientes são também

carentes de confiança mútua entre seus cidadãos, de lealdades nacional e pública, e de habilidade e capacidade de organização” (HUNTINGTON, 1975, p. 41).

Grafico 3



Fonte: IBOPE

Com relação ao perfil dos manifestantes que participaram em São Paulo nos dias 17 e 20 de junho (tabela 11) é possível notar que eles possuíam uma faixa etária predominantemente de adultos com até 35 anos, com uma maioria, para as duas datas, de 85% em média. Dentre essa maioria, a faixa etária de maior concentração correspondia aos manifestantes que tinham até 25 anos de idade, obtendo uma média na composição total dos protestos de 52% ao dia. Pôde-se verificar, também, que mais de três quartos dos participantes nos dois dias de protestos em São Paulo possuíam ensino superior, seguido por aproximadamente um quinto em média com ensino médio, e ensino fundamental com média de 2% nos presentes.

Para o IBOPE (tabela abaixo) houve uma maior discrepância nas informações com relação ao Datafolha, pois sua base de dados se compunha de uma amostra em oito capitais do país participantes dos protestos. Assim sendo, consta que 81% dos manifestantes tinham idade com até 39 anos, 42% de sua amostra possuía ensino superior, 49% ensino médio e superior incompleto e 8% médio incompleto. A pesquisa apontou também que 76% dos entrevistados eram economicamente ativos. Entre os recortes realizados pelo IBOPE houve uma maioria de entrevistados com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos, compondo

30% dos entrevistados; 26% entre 5 e 10 salários; 23% com mais de 10; e 15% até 2 salários mínimos.

Tabela 11

Data e instituto de pesquisa	Até 25 anos	26 a 35 anos	36 ou mais	Ensino superior	Ensino médio	Ensino fundamental	Sem preferência partidária
17/06/2013 Datafolha	53%	35%	12%	77%	22%	1%	84%
20/06/2013 Datafolha	51%	31%	19%	78%	20%	2%	72%
20/06/2013 IBOPE*	43%	38%	19%	43%	49%	8%	83%
Média	49%	35%	17%	66%	30%	4%	80%

*categorias diferentes usada por este instituto: 14 a 24 anos fora colocada na 1ª coluna; 25 a 29 anos na 2ª coluna; 30 a 39 anos na 2ª coluna; 40 anos ou mais na 3ª coluna. Ensino médio e superior incompleto foram utilizadas na mesma categoria na 5ª coluna. Ensino médio incompleto se encontra na 6ª coluna. Se se sentiam representados por algum partido fora interpretado como sendo preferência partidária.

Fonte: Datafolha e IBOPE

À estas características logo podem ser associadas ao que Huntington disse sobre a correlação entre escolaridade e instabilidade. Quanto mais veloz for a inserção de diferentes níveis de educação, maior é a chance de instabilizar um país quando este grupo se vê ausente das condições de trabalho que julgem ser dignas para si, sendo que quanto maior é o nível de educação que sofre a expansão de vagas, mais séria, intensa e elevada em termos de objetivos são as insurreições. Este perfil de alta escolaridade com relação a população geral vai ao encontro, especificamente, com as pesquisas Datafolha. Com relação a IBOPE isto também acontece, porém nela é um pouco menos significativa esta margem.

Em média, 80% dos entrevistados pelos dois institutos expuseram respostas de que não possuíam preferência partidária; Além de que, para o IBOPE, 89%¹² disseram tampouco se sentirem representados por políticos. Também não possuíam vínculo algum com instituições – sindicatos, entidades de classe, entidades estudantis – e não eram filiados a nenhum partido 86% e 96%, respectivamente, dos questionados em perguntas realizadas nas 8 diferentes capitais participantes – esta última informação muito próxima do Datafolha em 17/06 que indicara 97%. Com estas respostas obtidas, nota-se que em termos de capacidade das instituições, seja partido, sindicatos ou associações da sociedade civil em conseguirem angariar para si os *inputs* dos manifestantes, se mostram falhas. Nas palavras de Huntington:

“Para que uma sociedade mantenha um elevado nível de comunidade, a expansão da participação política deve ser acompanhada pelo

¹² Com relação a este dado, houve conflito de informação em páginas diferentes do site do IBOPE. Optei como pressuposto de solução, para desfazer o engano, utilizar o número presente na informação mais recente dos *links* conflitantes.

desenvolvimento de instituições políticas mais fortes, mais complexas, e mais autônomas. (...) A modernização e a mobilização social, em particular, tendem assim a produzir a decadência política, a menos que se tomem medidas para moderar ou limitar seu impacto na consciência política e no envolvimento político” (Ibidem, p. 99).

Outro ponto que merece ser destacado é a pluralidade na reivindicação dos participantes das manifestações, mesmo estando a reboque de um movimento principal, o Movimento Passe Livre, e sua pauta de redução da passagem de ônibus. Como justificativa acerca dos motivos que os levaram às ruas, em uma contagem que ultrapassou o número de 100% por ter sido possível serem ditas mais de uma resposta, para o Datafolha no dia 17/06 foram: as insatisfações quanto ao aumento da passagem de ônibus, lembrado em 56% das respostas; contra a corrupção, 40%; contra a repressão policial, 31%; por um transporte de melhor qualidade e contra os políticos, fora lembrado pelos participantes da entrevista do Datafolha em 27% e 24%, além de ter sido obtidas outras respostas totalizando 61%.

Para o IBOPE no dia 20/06, obteve-se 65% de menção à mudança do ambiente político; 54% mencionaram melhoria no transporte público; e 37% disseram ser pela melhora da saúde. Se fôssemos contar somente a primeira resposta obtida de qual seria o motivo, através deste segundo instituto, obteríamos 38% de respostas relativo a transporte público, 30% referente a ambiente político e 12% para a saúde, além de um total 20% de respostas variadas.

Isto demonstra o quanto se encontrava represada insatisfações sobre várias matérias sociopolíticas por parte da população, ou seja, não era, definitivamente, “só pelos vinte centavos” os motivos que os faziam ir para as ruas. Corrobora-se com este argumento através das respostas obtidas, tanto pelos manifestantes em São Paulo, quanto por paulistanos em geral, quando foram indagados por pesquisas realizadas pelo Datafolha nas datas 20/06 e 21/06, respectivamente para as pessoas citadas acima, se eram favoráveis a novas manifestações após a revogação do aumento das passagens, e pôde ser constatado que grande parte deles tinham opiniões favoráveis à continuidade dos protestos, na ordem apresentada, 93% e 66%.

A partir dos dados colhidos sobre as manifestações de junho, obtivemos respostas que condizem com as informações apresentadas até aqui no trabalho. O que nos faz crer estar as manifestações explicadas através da teoria de Huntington, não só do ponto de vista daqueles que participaram das manifestações, mas também em decorrência de todo o panorama geral socioeconômico do país. Em caso de baixa mobilidade social vertical, a

frustração gera participação política. “As instituições impõem a socialização política como o preço da participação política. Numa sociedade pretoriana, os grupos são mobilizados para a política sem se tornarem socializados pela política” (Ibidem, p.96). Assim, se a pressão política não for corretamente absorvida pelas instituições, aparece como situação final da “equação social” a instabilidade política. Na qual pode ser compreendida tanto por taxas crescentes de violência na sociedade, quanto de protestos como os das manifestações de junho.

6. CONCLUSÃO

Respondendo à pergunta da qual ficamos encarregados de dar um parecer ao início do trabalho, pode ser plausível afirmar que o que levou a existir as manifestações de junho, segundo a bibliografia empregada, seria fruto de um processo de declínio político da qual parece estarmos expostos já há algum tempo, mas que tenha tido vazão em protestos só recentemente com a piora de alguns indicadores sociais, como estes relatados nesta monografia.

Queremos deixar claro também que o contexto isolado das manifestações não abarcaria toda a explicação que existe por detrás da mesma. Por isto a necessidade de estendermos a outros fatos que não “só” os protestos que houveram. As manifestações de junho foram pinçadas em meio a um cenário de pretorianismo de massa, onde, talvez nestas manifestações, os “indignados”¹³ puderam perceber o quão encastelado estava o Estado e suas instituições a ponto de os tornarem vulneráveis de maneira fácil e rápida, servindo de exemplo a tantas outras manifestações que ocorreram após estas. Kornhauser diz que uma sociedade é de massa na medida em que tanto a elite, quanto a população estejam diretamente disponíveis uns aos outros, estando ambos à mercê e sob constante perigo de serem levados uns pelos outros a cometerem arbitrariedades, sendo que o correto funcionamento da sociedade seria uma independência mútua destes dois setores da sociedade em vistas a se ter uma democracia saudável, com as instituições diversas intermediando o contato entre ambos atores. E isto fica aparente nestas manifestações, com pressões populares em direção ao Estado, havendo um amontoado de gente, cada um a seu modo, reclamando daquilo que achasse pertinente sem que, contudo, houvesse uma associação institucional entre os

¹³ Não faço alusão ao movimento espanhol.

debelados – 86% não tinham vínculos institucionais para o IBOPE em pesquisa envolvendo oito capitais em manifestação.

Pôde ser percebido que sempre houve por parte do Brasil índices acelerados de crescimento do IDH, o maior da América Latina e Caribe com 0,95% ao ano, do mesmo modo em que há nos últimos anos uma política redistributiva que aumenta ainda mais a pressão popular por melhores condições e padrões de vida – mostrando haver uma rápida mobilização social e inserção de novos grupos sociais nesta modernização. Porém, temos que nossa economia, desde a crise de 2008, não acompanha, ou deixara de acompanhar de maneira satisfatória, os anseios da população. Do mesmo modo que houvera de maneira tímida uma mobilidade social para os estratos sociais mais elevados da sociedade se comparado ao tanto que os miseráveis ascenderam para níveis imediatamente superiores de renda.

Foi-se dito que o fator econômico na América Latina era importante para a estabilidade dos governos dos países, e o benefício econômico vivido durante os anos de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não fazia ver o possível hiato político que se formara entre a economia e a política. Entretanto, passaram-se os anos, e tanto os escândalos políticos, quanto uma inflexão econômica que acabaram por acontecer, fizeram de uma fissura antes não aparente da capacidade das instituições políticas brasileiras em serem o fiel da balança de uma comunidade política, se transformar em uma barragem cheia de defeitos estruturais.

O próprio relatório do desenvolvimento humano aponta para o fato de que são necessárias melhores instituições a fim de dirimir e controlar problemas sociais que venham, por diversos motivos, a aparecer em um Estado. Mas o RDH não se dá conta de que sua orientação para a perseguição de índices de IDHs mais elevados pelos países, principalmente os que ainda não possuem um nível de excelência nestes indicadores, pode ser um dos fatores que fazem a instabilidade social ocorrer por serem eles indicadores de mobilização social e desenvolvimento econômico. Existem progressos em algumas áreas no relatório, como a noção da pobreza multidimensional, mas ainda não vimos um índice estritamente político ocorrendo no relatório.

Assim, experimentamos um declínio político, no sentido de que parece a sociedade estar envolta de inconstâncias e instabilidades latentes, onde vários grupos sociais estão usando da internet e de protestos de rua um meio para se alcançar objetivos particulares. O

que não legitima as manifestações de junho a terem sido as primeiras em lograr este tipo de feito, mas, talvez devido a influência das redes sociais, tenham servido de exemplo de protestos que vingaram em ter multidões sem grandes esforços de mobilização.

Mas não é só isto que faz de uma sociedade uma sociedade instável. Temos, por exemplo, que a sensação de insegurança é maior do que a sensação de segurança segundo o RDH 2014, no qual a sensação média de insegurança de 2007 – 2012 seja de 54%. Assim como os índices de violência estarem possivelmente crescentes no país, como sugerem os dados do próprio RDH 2014 em comparação com os do Instituto Igarapé, onde a taxa média de homicídios de 2008 – 2011 por 100.000 habitantes para o Relatório de 2014 fora de 21,8 e a taxa de homicídios em 2012 para o Igarapé atingindo 29 por 100.000 habitantes, ou 56.337 assassinatos – sendo para o referido ano o 15º país mais violento do mundo –, dado acima da média marcada no RDH.

Exemplos fáceis existentes em nosso cotidiano transparecem o quão desprestigiado e ineficaz estão as instituições políticas brasileiras. Exemplo disto são: as decisões governamentais que fixam prazos e depois os postergam, ou voltam-se atrás, como é o caso das placas de carro que seriam unificadas pelo mercosul¹⁴, mas o prazo para adaptação desta nova lei foi estendido; as leis de extintores de incêndio dos automóveis¹⁵ que iriam passar a ter uma funcionalidade da qual foi-se revogada quando estava para entrar em vigor. Leis que desconsideram as particularidades locais, como as leis de distâncias mínimas de matas ciliares em córregos e afluentes para haver construções. Prazos que expiram e tem de ser voltado atrás, como o caso dos lixões dos municípios que tinham de passar a ser aterros sanitários¹⁶, mas que nem todos iriam cumprir os prazos a tempo. Até mesmo invasão de propriedade privada¹⁷ que acontece com grande frequência, seja para tirar animais de laboratórios, ou para bloquear pesquisas científicas, sem que os culpados sejam punidos na forma da lei. Além de casos de linchamento¹⁸ contra infratores e supostos infratores legais, desconsiderando as instituições do Estado.

¹⁴ Ver mais em: <http://g1.globo.com/carros/noticia/2015/04/denatran-adia-obrigatoriedade-das-novas-placas-veiculares-do-mercosul.html>

¹⁵ Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1682930-contran-recua-e-extintor-de-incendio-do-tipo-abc-deixa-de-ser-obrigatorio.shtml>

¹⁶ Ver mais em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/senado-aprova-prorrogar-por-2-anos-extincao-de-lixoes.html>

¹⁷ Ver mais em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/10/ativista-diz-que-invasao-de-empresa-que-usava-beagles-saiu-do-controle.html>

¹⁸ Ver mais em: <http://www.otempo.com.br/interessa/comportamento/um-milh%C3%A3o-de-brasileiros-j%C3%A1-ajudaram-a-linchar-algu%C3%A9m-1.1081668>

Todas estas questões envolvem as capacidades institucionais e a modernização como pano de fundo para o problema e faz transparecer que as manifestações de junho sejam mais um dos vários indicadores da decadência, ou declínio no desenvolvimento político por qual estejamos passando. São questões de governabilidade que como se mostra estão ingovernáveis.

É certo de que este tema está em discussão acadêmica na busca pelo sentido destas manifestações, e por consequência os apontamentos que se fazem a respeito dela ora são otimistas, ora pessimistas. Com relação a isto, o próprio Bernard Manin em artigo de 2012 intitulado “A Democracia do Público Reconsiderada” faz algumas retificações com relação a representação política desta fase específica de democracia a cujo título se refere. Nele, o autor admitirá a possibilidade de consonância de atividades políticas não institucionalizadas – mesmo que admitindo isto parecer fugir do que seja uma representação – com a democracia do público por entender não haver dolo aos princípios representativos – desde que sob alguns requisitos – elencados no começo desta monografia.

Entretanto, quando se diz isto, ficam perguntas em aberto: e quando as manifestações não institucionalizadas ocorrerem ao longo do tempo, sem, no entanto, cessar ou haver tempos de estabilidade entre uma e outra? Haverá capacidade discricionária do político representante em meio a este contexto? Ou estará comprometida sua independência e, por isto, os princípios do sistema representativo? Etc. Norberto Bobbio já relatara em “Liberalismo e Democracia”, ser a capacidade de atender as demandas por parte do Estado mais lento do que a própria participação política, assim como o próprio Huntington e sua teoria utilizada como orientação teórica para esta pesquisa. O que nos leva a retificar a importância de prestarmos atenção para as instituições e a sociedade em meio ao mundo de hoje de intensa mobilização social e que, por isto mesmo, de intensa participação política.

Chegamos, desta forma, ao fim da monografia esperando estar demonstrada a proposta que fora aplicada durante a pesquisa inteira, e principalmente da pertinência do trabalho de Huntington sobre o desenvolvimento político e sobre o mundo por qual nos deparamos hoje. E do mesmo modo em que possivelmente estejamos pretorianos, nada nos impede que possamos passar um dia a sistemas cívicos.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BOBBIO, Norberto. O Conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- COLLINS, Randall. Revoluções de ponto de virada e revoluções por colapso do Estado: Por Que Revoluções Têm Êxito ou Fracassam? Novos Estudos Cebrap, n. 97, p. 69-81, novembro 2013.
- HUNTINGTON, Samuel. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975.
- KORNHAUSER, William. Aspecto Político de la Sociedad de Masas. Buenos Aires: Amorrorto Editores, 1969.
- MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Sistema Representativo. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm
- _____. A Democracia do Público Reconsiderada. Novos Estudos Cebrap, n. 97 p. 115-127, novembro 2013.
- QUADROS, Waldir. Brasil, Um País de Classe Média? In: Le Monde Diplomatique, 01/11/2010. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=803>
- _____. Estratificação Social no Brasil: O “Efeito Demográfico”. Texto Para Discussão. n. 147, novembro 2008.
- _____. A Evolução da Estrutura Social Brasileira: Notas Metodológicas. Texto Para Discussão. n. 151, novembro 2008.
- REIS, Fábio Wanderley. Estado, Economia, Ética, Interesses: Para a Construção Democrática no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, v.1, n-1, p.33-56, agosto, 1989.
- _____. Mercado e Utopia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e Ideologias Cruzadas. Novos Estudos Cebrap, n. 97, p. 23-40, novembro 2013.

SOARES, Jeferson. Boechat. Considerações Sobre o Estudo de Políticas Públicas e do Desenvolvimento Político. In: TOYOSHIMA, Silvia; FERNANDES, Elaine (Ed.). Desigualdade, Pobreza e Meio ambiente. Viçosa: Editora UFV, 2012.

WEBER, Max. Economia e Sociedade, v.1: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Ed. Unb, 2009.

8. LINKS

<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3909>

<http://pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3911>

<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>

<http://hdr.undp.org/en>

<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>

<http://data.worldbank.org/>

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/countries/VE-BR-TR-EG-CN-UY-PY?display=graph>

<http://homicide.igarape.org.br/>

<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx>

<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Após-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx>

<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>

<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagaem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-ii.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/09/16/relatorio-manifestacoes-11-09.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/10/28/manifestacoes-2013-10-27.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/17/manifestacao-16-08.pdf>

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/18/15/>

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/19>

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/22>

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/23>